



CARGO 2

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA: CONTROLE EXTERNO

ESPECIALIDADE: CONTROLE EXTERNO

ORIENTAÇÃO: AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS



CADERNO DE PROVAS OBJETIVA P_1 E DISCURSIVA P_3

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com os que estão registrados em sua folha de respostas e em seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e verifique o seu nome em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva P_1 , e se ele contém duas questões, correspondentes à prova discursiva P_3 , acompanhadas de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A dúvida é o começo da sabedoria.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

PROVA OBJETIVA P₁ – CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Na história das ideias, são raras as proposições gerais
que não se desfazem em exceções. É necessário, no entanto,
generalizar e comparar, e a generalização que nos servirá de
4 ponto de partida está entre as mais robustas de que a história
das ideias é capaz. Ei-la: o grande divisor de águas no tocante
à evolução da noção de progresso civilizatório e do seu
7 impacto sobre a felicidade humana foi o Iluminismo europeu
do século XVIII — a “era da razão”. A equação fundamental
do Iluminismo pressupunha a existência de uma espécie de
10 harmonia preestabelecida entre o progresso da civilização e o
aumento da felicidade.

A meteorologia usa o barômetro para medir a pressão
13 da atmosfera e prever as mudanças do clima. Se a história das
ideias possuisse um instrumento análogo, capaz de fazer
leituras barométricas dos climas de opinião em determinados
16 períodos e de registrar as variações de expectativa em relação
ao futuro em diferentes épocas, então haveria pouca margem
para dúvida de que o século XVIII deslocaria o ponteiro da
19 confiança no progresso e no aumento da felicidade humana ao
longo do tempo até o ponto mais extremo de que se tem notícia
nos anais da história intelectual.

Eduardo Giannetti. *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*.
São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 19-22 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os seguintes itens.

- 1 Preservando-se a coerência e a correção gramatical do texto, seu primeiro período poderia ser assim reescrito: É raro, na história das ideias, que se encontre proposições de natureza geral que se mantenham firmes diante de exceções.
- 2 A relação entre progresso civilizatório e felicidade está associada a um momento histórico específico, o Iluminismo, embora o texto indique que a relação entre esses elementos possa ser observada em outras épocas e movimentos históricos.

Texto para os itens de 3 a 5

Como o brasileiro vê a felicidade

Uma pesquisa feita pela FIESP, em 2010, revela o nível de felicidade no país e o que influencia a satisfação com a vida

FATORES DA FELICIDADE

Os fatores mais importantes para se sentir feliz, segundo os entrevistados pela pesquisa

Em % (2009)



ENTRE OS SEXOS

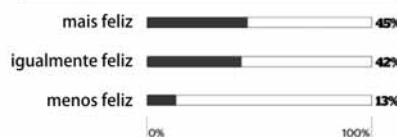
Os homens brasileiros acreditam mais no dinheiro como fonte de felicidade



O GRAU DE FELICIDADE

Em geral, os brasileiros entrevistados se consideram mais felizes no momento atual do que no passado

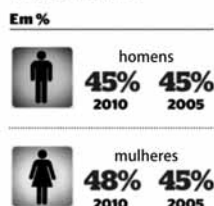
Em comparação com cinco anos atrás, porcentagem da população que se declara...



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

ENTRE OS SEXOS

Média de pessoas que se declararam felizes



O mito da felicidade. In: *Época*. 27/5/2011. Internet: <www.revistaepoca.globo.com> (com adaptações).

Cada um dos itens a seguir apresenta uma afirmação referente aos dados da pesquisa a que se refere o texto. Julgue-os quanto à correção gramatical e à conformidade com os dados apresentados.

- 3 Mais de 50% dos homens e mulheres entrevistados considera o dinheiro como uma fonte de felicidade; grande parte desse grupo é formada por homens que respondem por 64% dos indivíduos que pensam assim.
- 4 A pesquisa da FIESP levantou dados estatísticos acerca dos fatores que os brasileiros julgam estar ligados à felicidade, como, por exemplo, a idade e o casamento.

Considerando as ideias e aspectos gramaticais do texto, julgue o item abaixo.

- 5 O trecho “Uma pesquisa (...) com a vida”, logo abaixo do título do texto, poderia ser reescrito, mantendo-se sua correção gramatical e seu sentido original, da seguinte forma: O nível de felicidade no Brasil e os fatores a que as pessoas atribuem sua satisfação com a vida foram revelados em 2010 por uma pesquisa feita pela FIESP.

1 Para o filósofo Bentham, a felicidade era uma
 proposição matemática, e ele passou anos realizando
 pequenos ajustes em seu “cálculo da felicidade”, um termo
 4 maravilhosamente atraente. Eu, por exemplo, nunca associei
 cálculo à felicidade. No entanto, trata-se de matemática
 simples. Some os aspectos prazerosos de sua vida, depois
 7 subtraia os desagradáveis. O resultado é a sua felicidade
 total. Os mesmos cálculos, acreditava Bentham, podiam ser
 aplicados a uma nação inteira. Cada medida tomada por um
 10 governo, cada lei aprovada, deveria ser vista sob o prisma da
 “maior felicidade possível”. Bentham ponderou que dar dez
 dólares a um homem pobre contava mais do que dar dez
 13 dólares a um homem rico, já que o pobre tirava mais prazer
 desse dinheiro.

Eric Weiner. *Geografia da felicidade*. Trad. Andréa Rocha. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 247-8 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 6 No último período do texto, o trecho “que dar (...) desse dinheiro” funciona como objeto que complementa o sentido de “ponderou”, forma verbal da oração cujo sujeito é Bentham.
- 7 O autor constrói seu texto de forma a se aproximar do leitor, o que explica, por exemplo, o emprego da primeira pessoa do singular no segundo período e o do imperativo no quarto.
- 8 A expressão “No entanto” (l.5) introduz, no texto, ideia de oposição ao fato de o autor nunca ter associado cálculo à felicidade.

A mais ínfima felicidade, quando está sempre presente e nos torna felizes, é incomparavelmente superior à maior de todas, que só se produz de maneira episódica, como uma espécie de capricho, como uma inspiração insensata, em meio a uma vida que é dor, avidez e privação. Tanto na menor como na maior felicidade, porém, há sempre algo que faz que a felicidade seja uma felicidade: a faculdade de esquecer, ou melhor, em palavras mais eruditas, a faculdade de sentir as coisas, durante todo o tempo que dura a felicidade, fora de qualquer perspectiva histórica. Aquele que não sabe instalar-se no limiar do instante, esquecendo todo o passado, aquele que não sabe, como uma deusa da vitória, colocar-se de pé uma vez sequer, sem medo e sem vertigem, este não saberá jamais o que é a felicidade, e o que é ainda pior: ele jamais estará em condições de tornar os outros felizes. É possível viver, e mesmo viver feliz, quase sem lembrança, como o demonstra o animal; mas é absolutamente impossível ser feliz sem esquecimento.

F. W. Nietzsche. *II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*. In: *Escritos sobre história*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 72-3 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 9 O texto caracteriza-se como predominantemente dissertativo-argumentativo, e o autor utiliza recursos discursivos diversos para construir sua argumentação, como, por exemplo, linguagem figurada e repetições.
- 10 O autor estabelece em seu texto uma oposição entre história e felicidade.

Mem. 123/2011- SEGECEX

Aos Srs. Chefes das Unidades Técnicas da SEGECEX
 Assunto: Prazo para envio de relatório semestral

1. Solicito a Vossa(s) Senhoria(s) verificar o novo prazo para envio do relatório semestral das Unidades Técnicas da SEGECEX.
2. Considerando as determinações contidas no Memorando n.º 10/2011, reafirmo que não serão aceitos os relatórios que não cumprirem o novo prazo. Ademais, solicito que observem com rigor a digitalização dos documentos para envio pelo PROTAD, com o propósito de racionalizar o processo.
3. Devo mencionar, por fim, que os relatórios serão recebidos diretamente pelo Serviço de Gestão Documental (SEGED), em Brasília.

Respeitosamente,

Secretário-Geral de Controle Externo

Considerando que o documento acima, adaptado, seja uma comunicação oficial do Tribunal de Contas da União (TCU) a ser encaminhada ao destinatário, julgue os itens subsequentes, no que se refere à sua adequação às normas da redação oficial.

- 11 No memorando apresentado, infringe-se a estrutura do expediente oficial, uma vez que a numeração de parágrafos deve-se restringir aos textos de documentos oficiais que se subdividam em títulos e subtítulos.
- 12 Em documentos oficiais em forma de memorando, ofício e aviso, empregam-se os fechos de acordo com a relação hierárquica estabelecida entre remetente e destinatário do documento; por isso o termo “Respeitosamente”, no fecho do memorando em apreço, deve ser substituído por **Atenciosamente**, dado que o documento se dirige a autoridades de hierarquia inferior à do remetente.
- 13 Na identificação do signatário, a apresentação do nome da autoridade que expediu o memorando torna-se opcional, dados o caráter impessoal da redação oficial e a especificação do cargo da autoridade após o fecho do documento.
- 14 O documento em questão não está adequado às normas de redação oficial; documentos oficiais em forma de memorando devem apresentar obrigatoriamente o local e a data em que são assinados, na parte superior, com alinhamento à direita.
- 15 Assim como o aviso e o ofício, o memorando deve conter uma parte em que se apresentam o tipo e o número do documento, além do órgão que o expede, conforme o exemplo “Mem. 123/2011- SEGECEX”.

Julgue os itens a seguir, relativos às entidades fiscalizadoras superiores (EFSs) e à Declaração de Lima.

- 16 As obras públicas, em geral, por envolverem recursos consideráveis, requerem atenção especial, cabendo à EFS exclusivamente o controle da regularidade das despesas efetuadas. A avaliação dos resultados e a qualidade da execução das obras constituem responsabilidade exclusiva dos próprios contratantes.
- 17 A Organização das Entidades Fiscalizadoras dos Estados-partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Bolívia e do Chile, além de seus respectivos órgãos nacionais, admitidos como membros ativos, pode admitir, como membros associados, organizações supranacionais de controle e fiscalização dos recursos públicos, bem como EFSs dos países com expressão comunitária e organismos internacionais de crédito.
- 18 O fato de órgãos e entidades governamentais serem objeto do controle exercido por uma EFS não implica subordinação de tal maneira que eles possam isentar-se de responsabilidades em relação às suas operações e decisões. Se, entretanto, em vez de recomendações, a EFS emitir resoluções ou atos similares, o seu cumprimento se tornará obrigatório.

Julgue os próximos itens, referentes aos sistemas de controle na administração pública brasileira e ao TCU.

- 19 Caso sejam constatadas irregularidades nas contas do presidente da República, o TCU deverá emitir parecer prévio pela rejeição dessas contas, o que tornará o chefe do Poder Executivo inelegível para as eleições que se realizarem nos oito anos subsequentes à emissão da referida peça técnica.
- 20 A sustação da execução de contrato é um tipo de medida corretiva requerida pelo TCU, cabendo a decisão final exclusivamente ao Congresso Nacional, dada a sua natureza essencialmente política.

Julgue os itens subsequentes, relativos à organização e ao funcionamento do TCU.

- 21 A supervisão exercida sobre as estatais, conforme estabelece o Decreto-lei n.º 200/1967, constitui abordagem do controle que visa, entre outros aspectos, a garantia da autonomia administrativa, financeira e operacional dessas empresas, razão por que o seu orçamento é submetido a outros órgãos do Poder Executivo, e não ao Poder Legislativo.
- 22 A jurisdição do TCU estende-se aos sucessores de ex-dirigentes de entidades estatais que cometam irregularidades que resultem em prejuízo para os cofres públicos, até o limite do prejuízo apurado e não ressarcido, independentemente do patrimônio transferido.
- 23 Um parlamentar que deseje obter informações pormenorizadas acerca de auditoria realizada pelo TCU em determinado órgão da administração federal deverá requerer à comissão da respectiva Casa a aprovação da solicitação, que, então, poderá ser formalmente encaminhada ao TCU, para apreciação em caráter de urgência.
- 24 O presidente da República tem a prerrogativa de escolher livremente apenas um dos nove ministros do TCU, além de outros dois indicados em listas tríplexes pelo próprio TCU, estando essas três escolhas sujeitas ao crivo do Senado Federal.
- 25 Caso a documentação contábil de determinada entidade seja roubada e seja impossível a sua recuperação ou a obtenção de informações apropriadas e suficientes sobre as operações dessa entidade, suas contas deverão ser consideradas ilíquidas, e o processo correspondente, arquivado. A baixa da responsabilidade do administrador, entretanto, somente poderá ser dada após cinco anos da decisão terminativa do TCU.

Julgue os itens a seguir com base no Código de Ética dos Servidores do TCU.

- 26 A recusa sistemática do servidor em participar de programas de atualização profissional promovidos pelo próprio TCU, incluindo-se os ministrados por outras instituições, à falta de justificativas plausíveis, fere o Código de Ética, configurando descumprimento de dever funcional.
- 27 O servidor do TCU regularmente inscrito na OAB poderá atuar, como advogado de outro servidor do TCU, em ação que envolva a própria instituição, desde que a prestação do serviço não envolva nenhum tipo de remuneração.
- 28 Não há impedimento ou suspeição em relação ao servidor do TCU que seja designado para efetuar diligência em entidade estatal vinculada a ministério onde ele tenha realizado auditorias pelo sistema de controle interno, desde que o servidor não tenha atuado como advogado, perito ou servidor do sistema de controle interno em processo envolvendo a citada entidade estatal.

Acerca do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 29 Não se admitem a desistência e a ação rescisória dos julgados de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- 30 Tanto a proposta de emenda constitucional quanto a própria emenda constitucional podem ser objeto de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os próximos itens, a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

- 31 Embora a CF considere invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, o TCU tem poder para quebrar o sigilo bancário de determinada pessoa, no exercício de sua função fiscalizatória.
- 32 Se indícios da prática de ilícito penal por determinada pessoa constarem de escritos anônimos, a peça apócrifa, por si só, em regra, não será suficiente para a instauração de procedimento investigatório, haja vista a vedação ao anonimato prevista na CF.

Julgue os itens que se seguem, relativos à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

- 33 De acordo com a CF, a União e os estados-membros podem criar regiões de desenvolvimento visando à redução das desigualdades regionais.
- 34 A CF não conferiu a denominada tríplex capacidade — auto-organização, autogoverno e autoadministração — aos municípios e aos territórios federais.

Acerca do Poder Executivo e dos servidores públicos da administração pública federal, julgue os itens seguintes.

- 35 A competência do presidente da República para conceder indulto pode ser delegada a alguns ministros de Estado.
- 36 O servidor público estável pode ser demitido mediante processo administrativo que lhe assegure ampla defesa, mesmo quando pendente o julgamento da ação penal ajuizada para apuração do mesmo fato.

Com relação ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, julgue os itens subsequentes.

- 37** Se o servidor público que é encarregado do controle interno de determinado órgão público tomar conhecimento de prática de irregularidade, ele deverá dar ciência dessa prática ao TCU, sob pena de ser responsabilizado subsidiariamente.
- 38** A instauração, pelo Conselho Nacional de Justiça, de procedimento administrativo destinado a apurar a legalidade de ato administrativo praticado por membro do Poder Judiciário afasta a competência do TCU para apreciar a legalidade do mesmo ato.

Julgue o próximo item, relativo às funções essenciais da Justiça.

- 39** Ao contrário do Ministério Público e das defensorias públicas estaduais, a Advocacia-Geral da União, segundo a CF, não dispõe de autonomia funcional e administrativa.

A respeito dos orçamentos e da ordem econômica e financeira, julgue os itens seguintes.

- 40** De acordo com a CF, constituem monopólio da União a pesquisa, a comercialização e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural.
- 41** A abertura de crédito suplementar ou especial depende de autorização legislativa.

A respeito da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

- 42** Ação judicial cuja parte autora seja um cidadão comum que requeira indenização por danos materiais e morais contra empresa pública federal será processada na justiça federal.
- 43** No caso das autarquias, se a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do plenário do STF, em súmula do STF ou de tribunal superior competente, não se aplicará o duplo grau de jurisdição obrigatório.

Julgue os itens que se seguem, relativos a agentes públicos.

- 44** A exoneração de servidor que ocupe cargo comissionado caracteriza-se como ação de caráter punitivo, sendo necessário prévio processo administrativo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.
- 45** Os comissários de menores são exemplos de agentes honoríficos: não possuem vínculo profissional com o Estado, mas, para fins penais, são equiparados a funcionários públicos.

Com relação aos poderes administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 46** É obrigatória a obtenção prévia de autorização judicial para a demolição de edificação irregular.
- 47** A razoabilidade funciona como limitador do poder discricionário do administrador.

No que se refere aos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- 48** O ato discricionário não está sujeito à apreciação do Poder Judiciário.
- 49** Delegação não transfere competência, mas somente, e em caráter temporário, transfere o exercício de parte das atribuições do delegante.
- 50** A forma é requisito vinculado e imprescindível à validade do ato administrativo: sempre que a lei expressamente exigir determinada forma para a validade do ato, a inobservância dessa exigência acarretará a nulidade desse ato.

Julgue os itens seguintes, relativos às licitações e aos contratos administrativos.

- 51** A rescisão de um contrato administrativo por culpa da administração pública somente pode ser feita na esfera judicial ou por acordo entre as partes.
- 52** O edital de processo de licitação para a aquisição de material de consumo pode conter regra segundo a qual seja beneficiada empresa que produza os materiais no Brasil.
- 53** O princípio da adjudicação obrigatória ao vencedor é a garantia de que a administração pública celebrará o contrato com o vencedor do certame.
- 54** O licitante vencedor do certame pode propor à administração pública alterações no contrato administrativo antes da assinatura deste.

Com relação à Lei de Introdução ao Código Civil e às normas do direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 55** O Código Civil entros a conceito de capacidade de direito com o de personalidade, de maneira que o homem, tendo personalidade jurídica, também possui capacidade para ser titular de direitos e obrigações na ordem civil. Assim, os conceitos de capacidade de direito e de personalidade jurídica se equivalem.
- 56** Em razão da soberania estatal, pelo sistema da territorialidade, a norma jurídica brasileira aplica-se no território do Estado brasileiro, território esse que compreende o espaço geográfico onde se situa e, por extensão, as embaixadas, os consulados e os navios de guerra, onde quer que se encontrem.

Julgue os itens seguintes, a respeito da disciplina do direito civil.

- 57** O início da existência legal da pessoa jurídica de direito privado se dá com a formalização do seu ato constitutivo, que pode ser tanto a celebração do contrato social, no caso das sociedades, quanto a lavratura do estatuto, no caso das associações.
- 58** O que caracteriza a fundação é a sua finalidade, que não pode ser econômica, mas religiosa, moral, cultural, assistencial, desportiva ou recreativa. Nesse sentido, o patrimônio é dispensável para a constituição de uma fundação.
- 59** As normas que estipulam os prazos prescricionais são dispositivas e, por isso, podem ser livremente alteradas pela manifestação de vontade das partes interessadas.
- 60** O nome é a designação que distingue a pessoa das demais e a individualiza no seio da sociedade. O Código Civil brasileiro tutela o nome, em razão do seu aspecto público, mas não o sobrenome, que se refere à ancestralidade, aspecto irrelevante para o direito.

Com relação aos princípios do processo civil, julgue os itens subsequentes.

- 61** O princípio da ampla defesa pressupõe que as partes devem litigar em pé de igualdade. O juiz, por seu lado, deve colocar-se de forma equidistante em relação às partes, garantindo-lhes a produção de prova dos fatos alegados.
- 62** O princípio do contraditório consiste em um verdadeiro diálogo entre as partes do processo, ou seja, deve-se conceder a oportunidade de participar do procedimento a todo aquele cuja esfera jurídica possa ser atingida pelo resultado do processo.

Julgue os itens que se seguem, acerca dos atos do juiz.

- 63** Por meio da sentença, o juiz cumpre a função jurisdicional, aplicando o direito ao caso concreto e pondo fim ao processo, com o seu consequente arquivamento, de forma definitiva.
- 64** Os elementos essenciais da sentença são o relatório, a motivação e a decisão. Na fundamentação da sentença, o juiz descreve o pedido com as suas razões e especificações, as defesas apresentadas e os pontos controvertidos.
- 65** A exigência de que todas as decisões judiciais sejam fundamentadas, sob pena de nulidade, é uma garantia constitucional ligada ao processo.
- 66** Os despachos, atos que não implicam decisões capazes de causar algum gravame às partes, são praticados sempre de ofício pelo juiz, em razão do princípio do impulso oficial, sendo, pois, vedado às partes requerer ao magistrado que os pratique.

Considerando a teoria do direito penal, a lei penal em vigor e a Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993), julgue os itens subsequentes.

- 67** Para os fins de aplicação dos dispositivos penais contidos na Lei de Licitações, equipara-se a servidor público aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, incluídas as sociedades de economia mista.
- 68** Sujeito ativo é aquele que pratica a conduta descrita no tipo penal. Em regra, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, independentemente de qualidades ou condições especiais, como, por exemplo, a de funcionário público no crime de peculato. O sujeito passivo, por sua vez, é o titular do bem jurídico lesado ou ameaçado de lesão, ou seja, a vítima da ação praticada pelo sujeito ativo.
- 69** A lei penal que, de qualquer modo, beneficie o agente deve retroagir, desde que respeitado o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Acerca da tipicidade, da culpabilidade e da punibilidade, julgue os itens a seguir.

- 70** Se o juízo de adequação típica for negativo, ou seja, se não houver subsunção da conduta ao tipo penal, verifica-se causa pessoal de exclusão de pena.
- 71** Na doutrina e jurisprudência contemporâneas, predomina o entendimento de que a punibilidade não integra o conceito analítico de delito, que ficaria definido como conduta típica, ilícita e culpável.
- 72** As escusas absolutórias também são consideradas causas de exclusão da culpabilidade.
- 73** São causas de exclusão da culpabilidade, expressamente previstas no Código Penal brasileiro, a coação moral irresistível e a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico.

Com relação aos conceitos gerais e aspectos básicos do trabalho de auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 74** Se determinado empresário, que não é especialista em contabilidade, não entendeu as demonstrações elaboradas por seu contador, mesmo assim a informação contábil pode ter preenchido todos os atributos exigidos pelos instrumentos normativos.
- 75** Considere que Carlos periodicamente realize auditorias na entidade A e que, pela primeira vez, realizará auditoria na entidade B. Nessa situação, conforme a legislação, Carlos deve efetuar um planejamento de auditoria na entidade B diferente daquele que ele utiliza para efetuar suas costumeiras auditorias na entidade A.
- 76** O exame de auditoria deve assegurar tanto a fidelidade como a efetividade dos valores apostos nas demonstrações contábeis, certificando-se de que elas não deixaram de contemplar todos os valores ou fatos necessários ao seu bom entendimento.

A auditoria requer o uso de determinadas técnicas e procedimentos bem delimitados pela doutrina especializada. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 77** Os papéis de trabalho constituem a documentação preparada pelo auditor ou fornecida a este na execução da auditoria. Não deve constar desses documentos o juízo do auditor acerca das questões significativas, que serão apresentadas no relatório de auditoria.
- 78** Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança em relação ao cumprimento e efetivo funcionamento dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração.
- 79** Se o regime de bens do casamento de acionistas da entidade não for considerado necessário para a compreensão da situação patrimonial sob análise, o auditor deve excluir esse aspecto das entrevistas realizadas.
- 80** Um achado de auditoria pode ser delimitado por seus atributos, que são: a situação encontrada, o critério e as evidências.
- 81** As boas práticas de gestão, embora possam ser mencionadas no relatório de auditoria, não constituem achados de auditoria.
- 82** As lideranças da equipe de trabalho de auditoria devem ser substituídas a cada intervalo menor ou igual a cinco anos consecutivos e somente devem retornar à equipe em intervalo mínimo de três anos.

O trabalho de auditoria deve ser consubstanciado na elaboração dos respectivos relatórios. Julgue os itens a seguir, relacionados a esse assunto.

- 83** No âmbito das instituições públicas, o certificado de regularidade funcional será emitido quando o órgão ou unidade de auditoria constatar falhas, omissões ou impropriedades de natureza formal que, pela sua irrelevância ou imaterialidade, não caracterizem irregularidade de atuação dos agentes responsáveis.
- 84** É condição necessária e suficiente para a emissão de um parecer de auditoria sem ressalvas que as demonstrações contábeis sejam preparadas de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Acerca dos tipos de auditoria, julgue os itens seguintes.

- 85** No caso de auditoria operacional, a equipe de auditoria é obrigada a encaminhar uma versão preliminar do relatório de auditoria aos gestores dos órgãos auditados. Os comentários desses gestores podem subsidiar análises e discussões posteriores acerca da gestão do órgão auditado.
- 86** A auditoria de avaliação da gestão objetiva, além de emitir opinião sobre a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes e a probidade na aplicação do dinheiro público e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados.

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 87** O plano plurianual (PPA), como uma das etapas do ciclo orçamentário, inclui os programas destinados a operações especiais — como, por exemplo, aqueles que agregam as ações referentes à Copa do Mundo de 2014 — entre seus programas finalísticos.
- 88** Nos componentes da administração financeira do orçamento público, a modalidade de aplicação destina-se também a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outras esferas de governo, seus órgãos ou entidades.
- 89** O princípio da universalidade está claramente incorporado na legislação orçamentária, assegurando que o orçamento compreenda todas as receitas e todas as despesas públicas, possibilitando que o Poder Legislativo conheça, *a priori*, todas as receitas e despesas do governo e possa dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização.
- 90** O TCU está impedido de executar a função orçamentária previdência social, pois não é entidade ou órgão vinculado à seguridade social.

Julgue os próximos itens, acerca dos tipos de créditos orçamentários e da descentralização orçamentária.

- 91** As dotações e os eventuais saldos financeiros destinados às despesas de pessoal e encargos sociais somente podem constituir fonte para abertura de créditos adicionais no mesmo grupo de despesa.
- 92** O pedido de abertura de crédito adicional destinado a despesas para as quais não haja dotação específica deverá evidenciar as alterações de valores na lei orçamentária anual, sendo facultativa a demonstração das implicações no tocante ao cumprimento dos objetivos e metas constantes do PPA.
- 93** A descentralização de créditos caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou unidades gestoras. Contudo, a descentralização de crédito de um órgão/ministério para entidades da administração indireta ou entre estas dependerá da celebração de convênio.

Government accountants and auditors work in the public sector, maintaining and examining the records of government agencies and auditing private businesses and individuals whose activities are subject to government regulations or taxation. Accountants employed by Federal, State, and local governments ensure that revenues are received and expenditures are made in accordance with laws and regulations. Those employed by the Federal Government may work as Internal Revenue Service agents or in financial management, financial institution examination, or budget analysis and administration.

Internal auditors verify the effectiveness of their organization's internal controls and check for mismanagement, waste, or fraud. They examine and evaluate their firms' financial and information systems, management procedures, and internal controls to ensure that records are accurate and controls are adequate. They also review company operations, evaluating their efficiency, effectiveness, and compliance with corporate policies and government regulations. Because computer systems commonly automate transactions and make information readily available, internal auditors may also help management evaluate the effectiveness of their controls based on real-time data, rather than personal observation. They may recommend and review controls for their organization's computer systems to ensure their reliability and integrity of the data. Internal auditors may also have specialty titles, such as information technology auditors, environmental auditors, and compliance auditors.

Technology is rapidly changing the nature of the work of most accountants and auditors. With the aid of special software packages, accountants summarize transactions in the standard formats of financial records and organize data in special formats employed in financial analysis. These accounting packages greatly reduce the tedious work associated with data management and recordkeeping. Computers enable accountants and auditors to be more mobile and to use their clients' computer systems to extract information from databases and the Internet. As a result, a growing number of accountants and auditors with extensive computer skills specialize in correcting problems with software or in developing software to meet unique data management and analytical needs. Accountants also are beginning to perform more technical duties, such as implementing, controlling, and auditing computer systems and networks and developing technology plans.

Internet: <www.bls.gov> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 94** Accountants hired by Federal, State, and local governments guarantee that the total income is received and expenditure is set as required by laws and regulations.
- 95** Accountants and auditors employed by the Federal Government ought to work as Internal Revenue agents or in financial management, financial institute examination, or budget analysis and administration.
- 96** Internal auditors are in charge of preventing mismanagement, waste, or fraud.
- 97** Automated transactions of computer systems have now been readily replaced by personal observation.
- 98** An increasing number of accountants and auditors are now able to cope with data management and analytical needs.
- 99** Government accountants work for private enterprises and individuals.
- 100** The pronoun “their” (l.36) refers to “clients’ computer systems” (l.37).

PROVA DISCURSIVA P_3 – CONHECIMENTOS BÁSICOS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P_3 — CONHECIMENTOS BÁSICOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha correspondente do caderno de textos definitivos.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Um documento, compilado por um auditor do banco, revela, em novos e espantosos detalhes, de que maneira o Lehman Brothers utilizou prestidigitações contábeis a fim de ocultar os maus investimentos que resultaram em sua quebra. Segundo o autor, a empresa quebrou por múltiplas causas. Entre elas, estavam maus investimentos hipotecários e, mais indiretamente, a demanda de dois rivais para que o banco apresentasse caução se desejasse receber empréstimos dos quais necessitava desesperadamente. O Lehman Brothers usou uma forma de engenharia financeira a fim de remover temporariamente US\$ 50 bilhões de suas contas, nos meses que precederam o colapso de setembro de 2008, a fim de ocultar sua dependência de capital emprestado. Importantes executivos da instituição, bem como os auditores oficiais do banco, estavam informados sobre a manobra, e o presidente-executivo da instituição certificou as contas enganosas. Sem que o público investidor, as agências de classificação de crédito, as autoridades regulatórias do governo e o conselho do Lehman soubessem, o banco praticou engenharia reversa em seu nível líquido de alavancagem, para fins de consumo público.

Edson P. B. Leal. **Quebra do Lehman Brothers**. 2008 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

AUDITORIA COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DE DESASTRES FINANCEIROS

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ eficácia dos relatórios de auditoria;
- ▶ necessidade de independência do auditor;
- ▶ responsabilidades das entidades de auditoria.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

As fundações públicas, como as demais entidades da administração pública indireta, estão sujeitas aos controles a elas aplicáveis, devendo prestar contas dos recursos que lhes são destinados. E, se incluídas nos orçamentos fiscal ou da seguridade social, todas as suas receitas se submeterão à programação governamental.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, identifique os vários tipos de controles internos e externos a que estão sujeitas as fundações públicas, discorra acerca de cada um deles e sobre como eles se articulam com os sistemas convencionais da administração pública. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ diferenças entre os controles internos e externos;
- ▶ principais tipos de controles internos e externos, sua configuração e respectivas subordinações e vinculações;
- ▶ articulações entre os diversos tipos de controle e estruturas administrativas.

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	